



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

ELISA DAQUENE MENDES

ANÓS I DIMOCRATICOS?
OBSTACULOS SISTEMICOS, POLITICOS E MILITARES NA GUINÉ -
BISSAU (1994 – 2024)

REDENÇÃO – CE 2025

ELISA DAQUENE MENDES

**ANÓIS I DIMOCRATICOS?
OBSTACULOS SISTEMICOS, POLITICOS E MILITARES NA GUINÉ -
BISSAU (1994 – 2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho.

REDENÇÃO – CE 2025

ELISA DAQUENE MENDES

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 18 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Orientador e presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira
(UNILAB)

Examinadora: Prof. MsC Marinho Nhanri
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira
(UNILAB)

Examinadora: Profa Dra. Janaína Campos Lobo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira
(UNILAB)

LISTA DE SIGLAS

ANP – Assembleia Nacional Popular

BM – Banco Mundial

CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

CMRCD – Comité Militar para a Restituição Constitucional e Democrática

CNE – Comissão Nacional das Eleições

FD – Frente Democrático

FLING – Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné

IMC – Instituto de Mulheres e Criança

MADEM-G15 – Movimento para a Alternância Democrática, Grupo dos 15

MOE-EU – Missão de Observação Eleitoral da União Europeia

ONGs – Organizações não Governamentais

PAIGC – Partido Africano da Independência Guiné e Cabo-Verde

PCD – Partido de Convergência Democrático

PRS – Partido da Renovação Social

PTG – Partidos dos Trabalhadores

RGB – Movimento Bafatá

UM – União para Mudança

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO.....	6
2.	JUSTIFICATIVA	6
3.	DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO	7
4.	OBJETIVOS.....	9
	4.1 OBJETIVO GERAL	10
	4.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS	10
5.	FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	10
	5.1 DEMOCRACIA: CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO PARA ENTENDER O CASO DA GUINÉ-BISSAU.....	11
	5.2 OBSTÁCULOS SISTÊMICOS NA DEMOCRACIA DA GUINÉ- BISSAU.....	17
	5.3 OS MILITARES NO PROCESSO POLÍTICO DA GUINÉ-BISSAU	21
6.	METODOLOGIA.....	27
7.	REFERÊNCIAS	28

1. APRESENTAÇÃO

A Guiné-Bissau é um país de costa da África Ocidental, que faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné-Conacri ao sul e ao leste e com o Oceano Atlântico ao Oeste. O território guineense abrange 36.125 km² de área, com oito regiões administrativas: Cacheu, Gabú, Bafatá, Tombali, Quinara, Biombo, Oio, Bolama e Sector Autónomo de Bissau segundo IMC (2006). O país teve várias situações de instabilidade político-militar, sendo que a consolidação da democracia tem sido o grande desafio da nação guineense.

A Guiné-Bissau tomou a independência unilateralmente no dia 24 de setembro de 1973 na Madinas de Boié e um ano depois foi reconhecido pelo Portugal no dia 10 de setembro de 1974. Depois da independência em 1973 o país passou por séries de transformações sociais e económicas devido à crise causada pós a segunda guerra mundial e contradições políticas e conflito-militares no seio do PAIGC. O ano de 1994, foi o período que marcou a história democrática na Guiné-Bissau, porque foi nesta época que foi realizada a primeira eleição democrática e foi estabelecido as normas da democracia liberal que permitiu que outras formações partidárias participassem de forma livre e democrática nas eleições. O país adotou o sistema político semipresencial, que estabelece uma democracia representativa com quatro órgãos do Estado: o poder executivo é exercido pelo governo, enquanto o poder legislativo é investido tanto pelo governo quanto pela Assembleia Nacional Popular e o poder Judiciário é independente do executivo e legislativo. Desde as primeiras eleições democrática na Guiné-Bissau em 1994, até então a Guiné-Bissau viveu em constante instabilidade política, entre as quais guerra civil de 1998, golpes de Estados, assassinatos, crises políticas etc.

Levando em consideração o que foi exposto acima, o nosso objetivo visa analisar os obstáculos sistêmicos, políticos e militares que inviabiliza a democracia na Guiné-Bissau de (1994-2024). Posto isso, para atender o nosso objetivo, pretendemos fazer uma pesquisa documental para compreender as ações governamental no Estado direito democrático, e por outro lado, pretendemos fazer entrevista semiestructural.

Pretendemos analisar as percepções dos atores políticos e militares e sociedade civil sobre a democracia na Guiné-Bissau.

2. JUSTIFICATIVA

O meu interesse pelo tema surgiu a partir da convivência com o referido assunto, experiência vivida, leituras extras e assuntos discutidos na sala de aulas sobre a política e

a democracia. Pois, como sendo uma pessoa atenta com a situação política do meu país, preocupada com a forma como os atores políticos interpretam o conceito democrático nos seus discursos e na prática ao longo de vários anos, que eu acho equivocado com o conceito ideal da democracia. Por outro lado, as minhas participações nas organizações juvenis, nas formações de capacitação realizadas no meu país e nos debates promovidos pelos estudantes guineenses da sociologia na UNILAB, fizeram com que a minha curiosidade se despertou e me fizeram mergulhar no estudo do assunto profundamente. Nesta ótica, decidi trazer esta discussão com o “olho da academia”.

A democracia na Guiné-Bissau é uma questão que deveria interessar toda população guineense, seja político ou sociedade civil em geral. Este trabalho será fundamental no contexto social e político guineense, pois, a sociedade guineense está em constante transformação social, política, económica e ideológicas. As constantes mudanças que o país vivenciou após independência, isto é, o país vivenciou os momentos de agitações e momentos de esperançosos que para muitos autores pode ser bom ou ruim dependendo da leitura de cada pesquisador. Dadas estas situações que decorreram após independência, principalmente as agitações provocadas durante os anos de 1990 entre atores políticos e militares que originou a guerra civil de 1998 que colocou o país num caos que até hoje se reflete na conjuntura política guineense. Aqui se deve a justificativa do recorte temporal para este estudo.

Posto isto, pode-se afirmar que a estrutura social e a composição de elite guineense continua sendo do pendor elitista. O presente trabalho trará os fundamentos que justificam as situações da ambivalência da perspectiva para sociedade guineense e será importante para áreas da sociologia política e ciência política, pois engloba os fenômenos sociais, políticos e culturais guineenses, isto é, as relações humanas ocorridas nesse âmbito, debater a questão que origina o sistema político vigente na Guiné-Bissau.

3. DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO

O presente estudo visa compreender o contexto da democracia política e militar na Guiné-Bissau, analisando os obstáculos sistémicos que impediram que o país tivesse um progresso. Este trabalho, de igual modo, será útil para capacitar e informar a sociedade guineense no que tem a ver com a conscientização da crise político institucional e seus conflitos militares, assim revolucionando a mente da comunidade em geral. Com tudo, espera-se contribui para a mudança positiva e significativa, isto é, no sistema político da Guiné-Bissau. Um sistema que incentivará e mostrará como estudar os campos da

instabilidade e do sistema política, assim vai colocando os interesses dos povos em primeiro lugar.

Posto isso, o nosso estudo tem como recorte temporal de 1994 a 2024, porque foi o período que decorreu a transição democrática e a realização da primeira eleição democrática na Guiné-Bissau, o que permitiu que outras formações partidárias participassem de forma livre e democrática no processo eleitoral. A transição do regime monopartidário para multipartidário na Guiné-Bissau decorreu num contexto turbulento e de grande polaridade política, isso teria dificultado no processo que acabou tendo resultados perversos ao esperado da democracia. A intenção de manutenção de status quo do pequeno grupo dominante reeleito na primeira eleição levou ao agudizamento das crises políticas e econômicas que culminaram no conflito de 7 de junho de 1998, interrompendo o processo democrática. As sequelas da alteração ilegal da ordem constitucional do conflito militar de 1998 (guerra civil) minaram a consolidação da democracia e os seus efeitos desastrosos acompanharam o percurso político do país aos dias atuais. A Democracia é um sistema político que combina elementos democráticos, como eleições livres e justas, proteção dos direitos individuais e civis. Na Guiné-Bissau isso não se verifica, existem várias violações de direitos humanos e da criança, violação sexual, espancamento, corrupção, greves nas escolas públicas, burocracia nos aparelhos de Estado, desmatamentos incontroláveis das florestas, violência política, greves nos hospitais, má condição dos mercados, interferência do Estado nos problemas civis. Devido à abrangência da temática em questão, o nosso estudo focará em falar dos obstáculos sistêmicos políticos e militares a democracia na Guiné-Bissau de 1994 a 2024. Durante esses períodos houve várias instabilidades por parte de atores políticos e militares devido à mudança da conjuntura política de forma rápida, ou seja, devido pressão externa sem ser de vontade própria e até hoje estamos nesse processo do cumprimento dos princípios norteadores de um Estado de direito democrático. Percebe-se que a democracia na Guiné-Bissau se apresenta uma certa deficiência, ou seja, as gestões políticas apresentadas não correspondem com o princípio da democracia, devido à constante problema da governança, o que nos leva a levantar as seguintes questões norteadoras da nossa pesquisa: a) Que obstáculos sistêmicos políticos e militares que impede o progresso da democracia na Guiné-Bissau? E pertinente salientar que, a adesão à democracia no país foi influenciada pelo processo de mudanças impostas pelo partido no poder, o PAIGC. Além disso, a adoção de um regime semipresidencialista, de pendor parlamentar, em 1991, também contribuiu para a transformação do sistema político. Também é

importante destacar outras razões da transformação do sistema político como: A proliferação de partidos políticos, que foi a criação de diversos partidos após a transição democrática no início dos anos 90 do século passado; Influência de organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos, a presença dessas organizações contribuiu para a mudança política no país; Constrangimentos de ordem política, são fatores internos, como a relação entre o Executivo e o Legislativo, influenciaram a governabilidade do país; fatores históricos e culturais, a herança colonial e a diversidade étnica e cultural do país também desempenharam um papel importante na formação do sistema político. Essas transformações refletem a complexidade da realidade política da Guiné-Bissau. b) Como atores políticos e militares encaram os princípios democráticos? Como cidadã da Guiné-Bissau, é fundamental refletir sobre a relação entre os atores políticos, militares e os princípios democráticos no país. A democracia é um sistema que deve garantir a participação popular, a liberdade e a igualdade. Os atores políticos na Guiné-Bissau frequentemente enfrentam desafios para consolidar a democracia. Muitas vezes, priorizam interesses pessoais ou partidários em detrimento do bem comum. No entanto, há também líderes comprometidos. c) Quais são os efeitos da intervenção militar na política? A intervenção militar na política num Estado de direito democrático enfraquece as instituições governamentais, originando limitações à liberdade de expressão e imprensa, aumentando as crises de confiança, desafio para a consolidação democrática no ciclo de violência.

Estas e entre outras questões que vão nos auxiliares durante a realização da nossa pesquisa, pois, falar da democracia é falar de um assunto que é de interesse nacional, porque viver num Estado de direito democrático é viver num estado em que a lei impera para todos sem exceção.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar os obstáculos sistêmicos, políticos e militares a democracia na Guiné-Bissau entre 1994-2024

4.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Entender o conceito da democracia e sua perspectiva para Guiné-Bissau
- Analisar os entraves dos atores políticos ao processo democrático na Guiné-Bissau
- Entender os efeitos da intervenção militar na política doméstica na Guiné-Bissau

5. HIPOTETES

H¹ A Guiné-Bissau não conseguiu consolidar uma democracia estável devido à sucessão de golpes de estados e conflitos armados.

H² A falta de fortalecimento das instituições democráticas (Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público) impede uma governança eficaz.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

A Guiné-Bissau tem enfrentado vários obstáculos sistêmicos, políticos e militares desde a tomada da independência que dificultam na sua consolidação, o país tem uma história de instabilidade política, com inúmeros de golpes de Estado e tentativa de subversão da ordem constitucional causados por conflitos políticos dentro dos partidos. A fraqueza das instituições do Estado e corrupções são problemas graves que dificultam a governança e o desenvolvimento sustentável do país. Por outro lado, a influência militar na política é um fator significativo que contribui para a instabilidade e dificulta a consolidação democrática. Este trabalho encontra-se estruturado em três subtítulos. No primeiro subtítulo consta ao enquadramento geral do conceito e da contextualização do processo democrático na Guiné-Bissau; segundo subtítulo aborda-se os obstáculos sistêmicos que inviabiliza as instituições no país e no terceiro subtítulo estuda-se a intervenção militar no processo político na Guiné-Bissau. Em virtude disso, devido a grandeza do tema em questão, trazemos alguns autores que irão nos ajudar na discussão e no desmembramento deste trabalho.

6.1 DEMOCRACIA: CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO PARA ENTENDER O CASO DA GUINÉ-BISSAU

“A ideia da democracia teve origem, é claro, na Grécia antiga, há mais de dois mil anos. Esforços parciais de democratização foram feitos também em outros locais, incluindo a Índia” (Sen, 1999, p.2), assim começou a expansão do regime democrático pelo mundo.

A palavra democracia de origem grego – *demos*: povo, e *kratia*, de *krátio*: governo, poder, autoridade – significa poder que emana do povo (Hernández, 2011). Portanto, a democracia não reconhece a existência de classe social antagônica, isto é, com interesse contrário, trata sociedade como um conjunto homogêneo com os seus direitos garantidos.

A democracia nasceu como um sistema que impera a vontade dos mais fortes para os mais fracos, ou seja, é um sistema criada pelas elites, afim de puderam manipular os mais fracos para que as suas vontades fossem ser realizados.

“Os regimes democráticos de governo foram vistos com muita reserva ou mesmo franca hostilidade durante quase toda a história política ocidental por causa da degeneração demagógica que os assolou durante a antiguidade clássica. Em virtude deste problema, observado já na democracia ateniense, a democracia passou a ser vista, desde o nascedouro, como o regime onde imperam as paixões descontroladas, atizadas e manipuladas por demagogos de má-fé em busca de objetivos

peçoais e honras estéreis, em detrimento da boa governança da comunidade” (Sander, 2008, p.22).

Mas a partir do século XVII, a democracia passou a ser compreendida com outros olhares, ou seja, a democracia deixou de ser crucial para defender os direitos sociais “esta visão negativa da democracia começou a desfazer-se a partir do século XVII com ascensão das ideias políticas liberais” (Sander, 2008, p.22).

Com o efeito, a democracia é o regime onde existe transparência ou igualdade nas tomadas de decisões ou o povo escolhe um Estado representativo, segundo Sander, (2008, p.22-23),

“(...)democracia se consiste em participação de todo o povo na deliberação dos assuntos atinentes ao bem de todos, era um regime inexecutável, a não ser, em sua opinião, nos Estados muito pequeno, de outro fixou o ideal segundo o qual só é legítimo o governo no qual todos participam das decisões”.

A democracia começou a ser discutido só depois que os pensadores humanitários perceberem que ela pode ser estabelecida como forma normal de governar a qualquer nação “no decorrer do século XIX, teóricos da democracia achavam natural discutir se um ou outro país estava “pronta para a democracia”. Nesta mesma ótica, ainda disse o Amartya, este pensamento mudou somente no século XX, com o reconhecimento de que a própria questão estava errada: um país não precisa ser visto como pronto para a democracia; ao invés disso, deve se tornar pronto por meio da democracia, nisso se mostra que certos países foram adotar o sistema democrático sem estar preparado para tal. E foi nessa época que toda população começou a ter direito a igualdade, ou seja, digo as mulheres começar a ter direito ao voto, “foi também no século XX que as pessoas finalmente aceitaram que o “direito de voto para todos os adultos” deve ser, de fato, de todos – não apenas homens, mas também mulheres” (Sen, 2008, p.3-4).

Para Dahl (2001, p. 25 apud Ossagô, 2010 p.20),

“[...] democracia é uma denominação que os gregos encontraram para definir sua forma de cunho popular e outros nomes poderiam classificar outras formas de governo baseadas, de alguma maneira, no povo”. Exemplo disso é que os romanos escolheram o termo república. Assim, “a democracia poderia ser inventada e reinventada de maneira autônoma sempre que existirem as condições adequadas”.

Na democracia, luta-se por um bem comum de todos, porém, se temos os pontos de vista diferentes nunca chegaremos acordo algum, nesse mesmo linha do pensamento o autor argumenta ainda que, não é possível uns grupos de pessoas com objetivos

diferentes, ou seja, visões opostas chegarem a uma única conclusão para o bem comum de ambas as partes. Isso é o caso da Guiné-Bissau, jamais chegam num bom senso para resolverem seus problemas muito menos problemas das populações.

No olhar do Sen, (1999, p.13),

“a democracia tem demandas complexas, o que certamente inclui o voto e o respeito pelos eleitorais, mas também sequer a proteção das liberdades e direitos, respeito aos títulos legais e a garantia da livre discussão e distribuição sem censura de notícias e comentários justos”.

Posteriormente, entende-se que, com a complexidade da democracia não se justifica a má-fé dos eleitorados para eleitorais, a exclusão da livre expressão, direitos iguais, respeito mútuo e garantir a segurança, paz e a tranquilidade para a sociedade deve ser uma imensa preocupação para os políticos. Mas ao contrário, os mesmos pisam em cima dos direitos das populações e tomando autonomia de tomar decisões públicas sem o consentimento do público. No entender de Barreto (2006, p. 17 apud Ossagô, 2010, p,22-23),

“a democracia fica restringida aos procedimentos que regulam a disputa entre grupos políticos pelo poder. Para estabelecer o ambiente de competitividade é necessário preservar algumas liberdades, como o direito formal/legal de poder candidatar-se e a liberdade de expressão. A participação fica restrita ao ato de votar, em aceitar ou não qualquer dos grupos que pretendem exercer sua dominação. “Se a democracia está restrita às regras que regulam a disputa eleitoral entre grupos políticos, suas principais instituições só podem estar relacionadas aos mecanismos de funcionamento desse sistema”. No entanto, a ciência política predominantemente aceita a herança deixada por Schumpeter” [...].

Entende-se que, a democracia meramente está limitada em intermediar os possíveis conflitos entre os políticos.

A democracia é um sistema político onde o poder é exercido pelo povo, geralmente através de representantes eleitos, ou seja, é caracterizada pela igualdade de direitos e pela participação dos cidadãos no processo decisório do governo, “popularmente descrito como o regime em que o poder e o governo pertencem a todos os cidadãos” (Pereira, 2021, p.1), além disso, o sistema democrático visa um direito de livre escolha, representação, salvaguardar as liberdades civis, direitos políticos e socioeconômico e, atendimento de necessidades dos seus governados.

Neste caso, podemos entender que os atores políticos na Guiné-Bissau definem a democracia como uma mera equivocação, ou seja, eles distorcem a definição da democracia na sua totalidade, “(...) a ocupação de sistemas-chaves em um sistema político

democrático por atores políticos de convicção não democrática ou semidemocrática pode implicar constrangimentos para o exercício da democracia” (Ossagô, 2010, p.20)

Segundo Pereira (2021, p.51), “os direitos sociais que em democracia normalmente devem incluir os direitos a um bem-estar físico e mental, à assistência necessária à dignidade humana, ter uma educação, a viver num ambiente protegido e favorável”, contudo, não é o caso da Guiné-Bissau, os direitos sociais, a saúde, a educação, são violados pelos supostos defensores dos direitos da sociedade e nem se fala nas eleições justas e transparentes é um mero caos.

Para que haja um ambiente de transparência e justa num determinado lugar ou espaço (Estado) é convém que todo ambiente tenha uma estruturação democrática para que ninguém se sinta injustiçado, nessa mesma ótica, Ferreira falou que,

“toda a organização do poder político é estruturada em termos de democracia representativa, com a exigência de uma legitimidade democrática como fundamento de exercício do poder político, legitimidade concretizada especialmente na eleição direta do Presidente da República e da ANP e na garantia constitucional do sufrágio universal, livre, direto, secreto e periódico na escolha daqueles titulares do poder político” (Ferreira, 2008, p.41).

Parte-se do pressuposto de que sem os partidos políticos a democracia não teria sentido, aliás, para o funcionamento da democracia era necessário existir os partidos políticos que teria um papel fundamental para tal “(...) existe um largo consenso segundo o qual não poderia haver democracia na contemporaneidade sem instituições partidárias” (M´Bundé,2017, p.44).

Os partidos políticos assumem um papel fundamental dentro de um Estado, pois são encarregados de servirem como mensageiro entre o Estado e o seu eleito “o partido assume, pois, a função de mecanismo, de transmissão da opinião das massas para as instituições encarregadas da decisão e da execução políticas” (Sander, 2008, p. 26). O partido é possivelmente uns dos meios de poder fazer uma escolha de um representante legítimo para os eleitores.

Recorda-se que além de agregar interesses sociais; organizar e assegurar competição eleitoral, “os partidos têm como função essencial fazer funcionar a legislatura, zelando pelo seu normal funcionamento e assegurar a efetiva observação dos mandatos democraticamente atribuídos ao governo pelo povo” (Amaral, 2013 apud M´Bundé, 2017, p.51-52).

Assim, como partidos políticos podem ser tão importantes para um governo ser viável, podem também ser um fracasso de um Estado, conforme Sander, (2008, p.27),

“(...)os partidos políticos, embora indispensáveis para o funcionamento das democracias contemporâneas, podem também apresentar-se como fator de risco para a sobrevivência dos regimes democráticos, sempre que sua organização é utilizada por grupos que pretendem atacar este regime e substituí-los por regimes autoritários ou totalitários”.

Nas décadas de 90, a Guiné-Bissau saiu do sistema unipartidaríssimo e adotou o sistema multipartidário, nisso entrou no regime democrático que gerou grande conflito para o país.

No pensamento Sá (2010, p.29),

“em janeiro de 1991, o PAIGC ‘aceita’ o princípio da abertura democrático, e em maio de 1991 a Assembleia Nacional Popular (ANP) vota a queda do artigo 4º da Constituição que consagrava o PAIGC com privilégio de ser a única força política autorizada no país, enquanto única e exclusiva força dirigente da sociedade guineense”.

A constituição da República legitimava o PAIGC como o único partido no país por ser criado a fim de liberar e unificar o povo. Depois da abertura da democracia, surgiu o primeiro partido opositor ao partido único, mas levou alguns tempos para o mesmo ser legalizado, “foi preciso esperar até 18 de novembro de 1991 para que se concretizasse a legalização do primeiro partido de oposição, a Frente Democrática (FD)”. Após isso, o quadro pluralista, começaram a surgir vários partidos políticos no país como o que conduziu a Guiné-Bissau ainda para uns obstáculos no processo da democratização, “a proliferação de partidos na Guiné-Bissau, resultante da abertura democrática na primeira metade da década de 1990, deu a um contínuo período de recorrentes crises políticas no país, ao longo da primeira década de 2000” (M’Bundé, 2017, p.45). A primeira eleição democrática aconteceu três anos só depois da criação da CNE (Comissão Nacional de Eleições) “a Comissão Nacional de Eleições (CNE) é instalada sete meses mais tarde, em março de 1993, (...) treze meses após a sua instalação a CNE dá início ao recenseamento eleitoral às eleições, que tem lugar em julho-agosto de 1994” (Koudawo, 2001, apud Sá, 2010, p.29).

“Ainda no final da última década, assistimos uma reconfiguração política e econômica no mundo ocidental, a qual representou uma grande preocupação ou mudança para a região. Com efeito, essas sociedades foram condicionadas por fortes pressões, como dissemos anteriormente, para a abertura democrática e economia do mercado; pressões essas que se tornam alvos de tensões sociais, conflitos e golpes de estado no continente africano” (Ossagô, 2010, p.35).

A adesão da Guiné-Bissau ao sistema democrático foi condicionada pelos terceiros, devido às crises da situação econômica que o país estava enfrentado na altura, isso motivou a adoção do país a democracia sem criar condições necessárias.

Pelos interesses internacionais a Guiné-Bissau foi forçado a aplicar o sistema liberativo e o mercado livre. Para Ampagatubó (2008, p.169 apud M'Bundé, 2017, p.49),

“a perda do aliado ideológico e militar externo (antiga União Soviética), com consequente falta de alternativas em termos de alianças políticas no contexto internacional, constituiu o principal fator que obrigou os agentes políticos ligados ao PAIGC a aceitarem pronunciar-se a favor do processo de transição do monopartidaríssimo para o multipartidarismo, assim como na adoção da economia do mercado na Guiné-Bissau”.

Devido à pressão de FMI (Fundo Monetário Internacional) e BM (Banco Mundial) com a dificuldade que a Guiné-Bissau se depara com a golpe de estado de 1980 liderado por João Bernardo Vieira vulgo (Nino), o país passou por processos de transformações e mudanças em termo político econômico, para Carlos Cardoso (1995), houve necessidade de mudança, isto é, de abertura democrática na Guiné-Bissau devido os volumes da democratização em África.

Segundo Texeira (2017, p. 9),

“com uma capacidade econômica fraca, devido a inflação atingindo níveis alto, o país viu-se na situação de falência e sem capacidade produtiva, foi o período em que as pressões de agência de Breton Woods já se faziam sentir sobre países de porte econômico médio. O então o partido único, PAIGC, partido libertador, teve que submeter as pressões ou, “chantagens” que o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial faziam aos países africanos a exemplo de Guiné-Bissau”.

De acordo com a citação acima, com a constituição de cariz pluripartidária e afirmação de direito e liberdade surgiram vários partidos políticos na altura, os de destaque são RGB (Movimento Bafatá), PCD, FLING, PRS, UM (União para Mudança). A partir daí podemos falar da primeira eleição democrática que decorreu na Guiné-Bissau em 1994 onde foi vencido pelo líder do partido único PAIGC, João Bernardo Vieira.

Após a independência, a Guiné-Bissau, assim como vários países africanos, adotou o regime monopartidário, isto é, em 1973 o PAIGC declarou-se como o partido único até 1991. Conforme Anos Té e Candé Monteiro (2023, p.2),

“a adoção do partido único foi vista como modelo que possui vantagens e como uma alternativa aos regimes militares e/ou aos anárquicos. Assim, aqueles que desfrutavam do poder estatal – asseguravam que a

política do partido único era o modelo ideal para a sociedade Bissau guineense para a formação da unidade nacional”.

A ideia da construção unidade nacional após a independência fez com que o PAIGC, o partido libertador, proibisse legalmente o surgimento dos outros partidos políticos, argumentando que o poder é exercido pelas massas trabalhadoras ligadas diretamente ao partido africano da independência da Guiné e Cabo-Verde. Essa premissa perpetuou no país até os anos 90, período em que o vento da democracia soprava no mundo. Segundo Silva (2017, p.30), “nos anos 90, com a onda da democracia no mundo todo, houve uma mudança no país para o regime democrático. Foi um momento em que o PAIGC não conseguiu se adaptar a essa mudança e quis continuar a ser o partido único nesse novo regime”.

Em 1994 foi realizada a primeira eleição democrática no país e João Bernardo Nino Vieira foi oficialmente eleito como o presidente da República. Depois dessa época, a Guiné-Bissau passou por series crises institucionais originando o conflito político-militar de 07 de junho de 1998 que decorreu 11 meses. Conforme o Relatório mulheres, Paz e Segurança (2010, p.4, apud, Silva, 2017, p.32),

“[...] em 1994, foram realizadas eleições pluralistas, tendo o general João Bernardo Vieira sido eleito presidente da república. Após esse período, o país entrou em um ciclo de crises sucessivas, culminando com o conflito político-militar de 07 de junho de 1998, que durou onze meses, tendo custado a vida de milhares de pessoas, maioritariamente, mulheres e crianças. Durante esse conflito, foram perpetradas graves violações dos direitos fundamentais das mulheres e do direito internacional humanitário. As mulheres foram expostas a abusos sexuais, agressões físicas e psicológicas, pilhagens efetuadas pelas tropas das partes beligerantes. Esses atos nunca foram punidos. Em consequência do derrube do presidente Nino Vieira, foram realizadas eleições gerais nos finais de 1999 e o início de 2000, vencido pelo Kumba Iala e o PRS”.

O conflito político e militar que aconteceu no 7 de junho de 1998 contribuiu para o desaguamento no Estado.

6.2 OBSTÁCULOS SISTEMICOS NA DEMOCRACIA DA GUINÉ-BISSAU

Obstáculos sistêmicos à democracia na Guiné-Bissau são fatores estruturais e institucionais que dificultam ou emedem o funcionamento efetivo da democracia. Esses obstáculos acabam por condicionar o surgimento de novas organizações ou partidos que nem sempre chegam num senso e passa a se desviarem da vontade das populações,

“pode-se definir a crise ou interrupção da democracia causada pelos partidos como uma sistemática condição de mudanças políticas que dão condição à existência de novas conformações de poder político e/ou partidário não sufragadas ou não resultantes da vontade popular expressa nas urnas” (M´Bundé, 2017, p, 51).

Percebe-se que, desde adoção do regime democrático até a data citada pelo autor nenhum governo democrático conseguiu terminar o mandato devido às interrupções dos governos pelo Presidente da República. Porém, não ocorre nenhuma ditadura do Presidente, mas os interesses pessoais e negligência por parte dos dirigentes, por outro lado, alegam que são os atos dos políticos partidários que levam com que o chefe de Estado a tomar medidas drásticas contra os comportamentos do político. Conforme o artigo 104 incisos 2 da constituição da República,

“o Presidente da República pode demitir o Governo em caso de grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular” (Constituição da República, 2015, p, 23).

Para Cardoso, 1996 (apud Sá, 2010, p.23), “independência foi concebida com certo entusiasmo, que se generalizou, e, por vezes se tornou alheio aos problemas inerentes, com esperanças inerentes, com esperanças e incertezas quanto ao futuro da Guiné-Bissau”, (...), pois, embora a luta contra os colonialistas tenha terminado, mas luta continuou entre os povos guineenses o que contribui para o enfraquecimento das próprias instituições.

Na mesma linha do pensamento do autor, a Guiné-Bissau passou por series lutas e sacrifício na luta contra os inimigos com a situação econômica precária nas alturas, o Estado mostrando uma imensa dificuldade para resolver os problemas da sociedade, e crises políticas tornam ainda mais difíceis cada vez, com isso tem ainda um grupo de indivíduos se bancando de vida boa sendo que outras precisam pelo menos de itens básicos ou de primeira necessidade para conseguir sobreviver.

Após a Assembleia Nacional Popular ter aprovado a carta da nova constituição, originou um comportamento desconfortável entre os representantes dos povos no país trazendo um desconforto entre si, não só, mas para sociedade em geral, isso foi criando um obstáculo no sistema político, levando o país ao primeiro golpe de Estado liderado por um combatente da liberdade da pátria João Nino Viera em 1980. Na altura o país estava na mão de Luís Cabral que lutou também pela independência da Guiné-Bissau. Segundo Sá, (2010, 23),

“Apesar da rejeição de muitos dos chamados “representantes dos povos”, a Assembleia Nacional Popular, em sessão extraordinária de 12 de novembro de 1980, aprovou o texto da nova Constituição. Este fato, adicionado ao comportamento do país e também ao crescente mal-estar social, traduzido em desconfiança mútuos e ódios, resultantes em perseguições dos órgãos da segurança do Estado, seriam a base de crescente instabilidade política. Neste de permanentes conflitos internos no PAIGC, na Guiné-Bissau, seis anos após a independência, o primeiro presidente indicado pelo PAIGC, Luis Cabral, em 1974, foi deposto através de um golpe de Estado de 1980. E este golpe foi liderado pelo comandante de guerra, João Bernardo Nino Viera, o qual havia dirigido a luta contra colonos portugueses no Sul do país” (**Grifo do autor**).

A razão desse golpe foi porque o então comandante da guerra reivindicava a visibilidade e reconhecimento dos veteranos da guerra. Isso mostra que em vez do Estado ser uma entidade que trabalha para o bem-estar do povo passa a ser uma luta de interesse particular. Na perspectiva de Sousa (2012, p,36 apud Silva, 2017, p.13),

“o Estado, que devia funcionar como instrumento de satisfação do bem-estar e de proteção dessa maioria sociológica, transformou-se em uma entidade ao serviço de uma minoria, em um quadro em que, como já se disse, a mobilidade social só se processava no interior da máquina político-partidária que corporizava e/ou controlava o partido/Estado. Essas seriam as razões que conduziram ao Golpe de Estado de 14 de novembro de 1980. [...] mas houve mais razões que estiveram por anteprojeto dos estatutos e do programa a apresentar ao 3º Congresso do PAIGC, e que a ala guineense do partido chegou a reputar de antidemocrático. [...] detrás do golpe. Uma delas prendia-se ao debate em torno do a outra estava associada ao projeto de revisão constitucional, que, do ponto de vista do líder do golpe de 14 de novembro de 1980, João Bernardo Vieira (“Nino”), se tinha objetivado na absoluta personalização do poder e na rejeição da identidade do povo guineense”.

Depois do golpe de Estado de 1980 começou a surgir desconfiança entre ambas e criando assim alas dos jovens que foram estudar no exterior e voltaram, por outro lado também foi criado ala dos próprios militares e as crises do partido único PAIGC. Nessa ótica, segundo CIDAC (1980, p.3-4 apud Silva, 2017, p.13),

“[...] as razões para o movimento de 14 de novembro, uma delas é a própria crise do PAIGC na Guiné-Bissau relativa ao esvaziamento das estruturas partidárias com crescente dificuldade de mobilização e com obstáculos ao debate e à aplicação da democracia revolucionária”.

Essas crescentes dificuldades de coesão no seio partidário e político obstaculizariam o funcionamento plena da democracia no país, pois originam várias interrupções de governos.

“De 2002 a 2016, experimentou-se na Guiné-Bissau uma série de interrupções de legislaturas, em função de demissão de governos. Geralmente, essas deposições de governos são exercidas pelo Presidente da República, que conta mormente com apoio político-partidário e parlamentar para fazê-lo. Não se trata de nenhum tipo de autocracia ou ditadura do Presidente, muito pelo contrário são as condições político partidárias que se criam conjunturalmente, que levam o chefe de Estado a adotar recorrentemente este comportamento político” (M´Bundé, 2017, p.52).

Posteriormente, devido às sucessivas demissões de governos isso tem influenciado na paralização do sistema democrático do país. Sendo assim, desde a tomada da independência do país só dois Presidente da República eleitos que concluíram os quatro anos do mandato sem interrupção, excepto José Mário Vaz e Umaro Sissoko Embalo, uma vez a Constituição da Republica assegura quatro anos de mandato para governo eleito.

Para Pateman (1970 apud M´Bundé, 2017, p.52),

“a Constituição da República da Guiné-Bissau assegura quatro anos de mandato aos governos constituídos, entretanto as sistemáticas deposições de governos têm sido entrave para a normal continuidade institucional e política, tendo esse fato comprometido o processo da democratização do país. Isso torna-se manifestamente indiscutível quando se supera a noção da participação política e democrática do povo reduzida ao voto, conforme o pressuposto de Joseph Schumpeter (1961), e se concebe a democratização como uma condição de regular e democrática representação da vontade popular pelas elites políticas representativas”.

A Guiné-Bissau copiou o modelo de semipresidencialismo dos portugueses em que o Presidente da República (chefe de Estado) e Primeiro-Ministro (chefe de governo) se juntam e trabalham para um único bem-estar das suas populações, “(...) o sistema político guineense é reprodução do semipresidencialismo português, modelo político em que o Presidente da República e o Primeiro-Ministro pertencem e partilham o poder da esfera executiva” (M´Bundé, 2017, 53).

No sistema semipresidencialista, o chefe do Estado, ou seja, o Presidente da República tem competência para demitir e nomear um o governo ouvindo o partido vencedor das eleições legislativas no caso de grave crise no país.

“(...) o chefe de Estado, definido como garante da paz, estabilidade e normal funcionamento institucional, é assistido pela Constituição da República a destituir o governo e respectivo chefe em circunstâncias políticas consideradas política institucionalmente críticas, ou seja, em situações da crise em relação à relação interinstitucional, especialmente” (M´Bundé, 2017, p.53-54).

No entanto, percebe-se os obstáculos sistêmicos à democracia na Guiné-Bissau deve-se a incongruência do sistema democrática em si e a realidade política do país, a implementação da democracia na Guiné-Bissau ocorreu numa altura em os próprios políticos não estavam preparados para tal, por isso que de lá para cá não houve avanço significativo no que tange ao comprimento das exigências do sistema democrático. Esse desacato aos preceitos democráticos, complementado com os interesses pessoais dos atores políticos originam várias interrupções dos mandatos, golpes do estado liderados pelos militares e assassinatos dos líderes políticos da oposição.

6.3 OS MILITARES NO PROCESSO POLÍTICO DA GUINÉ-BISSAU

Pretende-se nesta sessão analisar a inserção dos militares no processo político da Guiné-Bissau, para isso, vamos trazer vários autores que vão nos ajudar a discutir o assunto.

Entende-se que para a proliferação de uma nação, precisa-se de forças armada para estabelecer a segurança e ordem para o bem-estar de todos, com isso mostra-se que os militares desempenham um papel importante na transformação política do país, “(...) as forças armadas assumem um papel fundamental de mudanças ou de fornecer uma transformação que, de certa forma, não podemos considerar ainda em termos evoluídos” (Ossagô, 2010, p 53).

Depois da independência a Guiné-Bissau enfrentou grandes turbulências, conflitos no poder militar o que teria impactado na sua consolidação democrática e o desenvolvimento econômico, isso levou o país a depender ainda fortemente do apoio dos terceiros para manter a sua economia, além disso, vários países africanos enfrentaram a mesma decadência que a Guiné-Bissau. Sempre que houver problema continental, o continente africano enfrenta mais dificuldade entre os demais continentes (Ossagô, 2010). Ainda argumenta que, com necessidades de travar os problemas que havia no país era necessário a estimulação das forças armadas na altura, e essas tiveram que entrar para a luta armada conta os colonialistas que até então estão usufruindo do poder obtido desde aquela época.

Um militar das Forças Armadas não pode ser de lado direito ou esquerdo, ou seja, ele deve ser invisível na política, tal como, um juiz no campo do futebol “para se envolver na política tem-se que se desligar antes da força armada, porque se estiver lá o seu papel é de servidor neutro do estado e guardião da sociedade”. Além disso, o poder político

tanto o poder militar tem um objetivo em comum que é estabelecer ordem cuidar da sociedade “ é da responsabilidade de todos os líderes políticos imporem o controle civil; e é da responsabilidade das forças armadas obedecerem às ordens legais das autoridades civis” (Ossagô, 2010, p,56). Porém, as forças armadas são muito úteis para uma nação podem e devem participar na política, mas com a extrema exclusividade.

Os militares têm a sua restrição na política, mas ao mesmo tempo eles podem desempenhar uma grande função no país, eles podem participar nas administrações das empresas do governo e nas construções de instituições públicas. Sobre esse assunto (Ossagô, 2010), argumenta que os limites básicos em oferecer uma liderança eficaz à nação, especificamente em relação à falta de treinamento e de pessoa para realizar as tarefas políticas, essa limitação é particularmente importante em contextos que os militares assumem o poder e precisam lidar com questões complexas, nesse sentido a cooptação de elites políticas e intelectuais pode ser vista como uma estratégia para superar essas limitações, buscando a colaboração e apoio dessas elites, o governo militar pode obter a expertise e a legitimidade necessária para governar de forma eficaz. Por sua vez, a importância de estabelecer um equilíbrio planejado entre os setores público e privado da economia, isso sugere que o governo militar pode buscar uma abordagem mais equilibrada para gerenciar a economia, em vez de simplesmente impor a sua vontade, o autor ainda afirma que, o exército continua sendo um ator importante na burocracia estatal e privado, mas que atua de forma delimitada, isso mostra que o exército pode ter uma função mais restrita e específico no governo do país, em vez de ter um controle total.

Ao analisar a ideia do autor acima, percebe-se que, na Guiné-Bissau tudo é ao contrário, os militares tomam o controle do governo em vez de estabelecerem a economia pública e privada e a relação entre governo e o público, conforme o Ossagô (2010, p.16) “na Guiné-Bissau, o percurso foi certamente inverso. Os militares nunca tiveram esse tipo de perfil ou exerceram esse tipo de tarefa”.

O país tem vivido grandes dificuldades desde a independência por intervenção militar na política e no cumprimento da implementação da democracia, tendo em conta o açúcar que já sentiram quando o poder militar comandava, o que tem preocupado a população em geral, “por hora, é de lamentar que, desde o princípio da transição, o otimismo qualificado tenha sido substituído por um crescente ceticismo e uma percepção fortalecida de que os militares constituem o maior obstáculo à consolidação da democracia e paz na Guiné-Bissau” (Ossagô, 2010, p.67).

O envolvimento militar na questão política no país é notório desde os primórdios da implementação do sistema democrático o que teria originado a guerra civil de 1998/1999 que durou onze meses, causado pela desconfiança e inconfiabilidade entre o Presidente da República, João Bernardo Vieira e o General das Forças armadas, Ansumane Mané e criando a instabilidade política no país.

Para Jauará, (2007, p.2-3; 4),

[...] “no mês de junho do mesmo ano (1998), presidente Nino Vieira afasta, por decreto presidencial, o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, o general Assumane Mané, acusado de favorecer o tráfico de armas para os “Rebeldes Separatistas” de Cassamance, Senegal. O general Mané não só refutou as acusações como considerou inaceitável a forma arbitrária da sua demissão. Ele então constituiu uma Junta Militar para enfrentar o presidente, o que precipitou uma guerra civil (1998/1999) na Guiné-Bissau [...] O problema principal estaria na confiança depositada no general Assumane⁶ Mané que começara a ser abalada, na medida em que este não aceitou assumir sozinho a responsabilidade do tráfico de armas para os rebeldes senegaleses. O presidente, que não aceitava ser contrariado, demitiu o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas sem maior explicação, o que provocou a eclosão do conflito latente entre as gerações dos oficiais jovens que ficaram ao lado do governo, enquanto a geração de luta armada e todos os reservistas se juntaram ao general Ansumane Mané, para juntos formarem “A Junta Militar”, força rebelde contra o governo”.

Conforme Jauará (2007), após o término da guerra civil em 1999, o Malam Bacai Sanha o presidente da Assembleia Nacional Popular foi posto interinamente a chefe do Estado ao mesmo tempo o primeiro-ministro até a realização das eleições para a função com previsão do mesmo ano. Nesse mesmo ano, realizou-se as eleições, mas depois do comandante da Junta Militar Ansumane Mané ter vencido as forças governamentais, negou-se ser candidato de nenhuma formação política, argumentando que estaria disponível para assumir uma função assim que a política fosse estabelecida, por outro, lado, a Junta exigiu a garantia de privilégio durante 10 anos da Carta Magna e ter a autonomia de constituir e reconstituir os governos presidenciais durante dois anos.

As eleições feitas em 28 de novembro de 1999 sendo eleito o líder do Partido de Renovação Social (PRS) Kumba Yala no segundo turno com maior absoluta, mesmo assim o país continua ainda a deparar com grandes lacunas administrativas e instabilidade política.

Ainda para Jauará (2007, p.5),

“as eleições gerais e simultâneas foram realizadas em 28 de novembro de 1999. Para o parlamento, registraram-se 13 partidos e, para a presidência, foram 12 candidatos, sendo 6 mais expressivos. O antigo

partido único (PAIGC) teve como candidato no pleito o presidente interino Malam Bacai Sanha. Kumba Yala, do Partido de Renovação Social (PRS), que havia enfrentado o antigo presidente Nino no pleito de 1994, agora se elege com facilidade no segundo turno dessa eleição. O quadro eleitoral foi o seguinte: Kumba Yala teve 38,8% no 1o turno e 72% no 2o turno de votos válidos; Malam Bacai Sanha teve 23,4% no 1o turno e no 2o turno obteve 28,0% de votos válidos. Com esse resultado, mudam profundamente as personalidades mais expoentes no Estado, mas a debilidade administrativa e a instabilidade política continuam”.

Na mesma linha do pensamento do autor, durante o mandato do presidente eleito não apresentou nenhum programa que seria eficaz para a progressão do país, sendo assim, também derrubou três sucessivos governos o que contribui ainda mais na perturbação estatal.

No entanto, para Sá (2010), em 14 de setembro de 2003 o país vivenciou outro golpe de Estado liderado pelo General Veríssimo Seabra, o que obrigou a saída do Presidente Kumba Yala e novamente assumiu interinamente o empresário Henrique Rosa apoiado pelos católicos ao cargo do Presidente e o Veríssimo Seabra lideraria a função do chefe do Comitê Militar para a Restituição Constitucional e Democrática (CMRCD). Ainda para o autor, o golpe de Estado no mandato do Kumba Yala, no momento, não ajudou muito o país, e isso deve uma grande instabilidade política e social, mostrando que os conflitos militares e político-sociais são notáveis e coloca-se a sociedade civil em causa, nessa ótica o autor considerou a Guiné-Bissau como um país frágil. Em seguida, foi organizada novas eleições legislativas vencido pelo PAIGC em 30 de março de 2004 e o Carlos Gomes Junior assumiu a chefia do governo.

O autor destaca que, por falta do diálogo entre os elementos presentes nos conflitos no país para resolver o problema de forma não violenta, originou a morte do General Veríssimo Seabra em 6 de outubro do mesmo ano.

As eleições aconteceram novamente no ano 2005 e foi vencida pelo Nino Veira que havia sido o candidato derrotado por Kumba Yala no ano 2000 na segunda volta.

Para Sá (2010, p. 35),

“ainda sobre as eleições de 2005 consta no mesmo relatório que este pleito tem o lugar depois de um período, marcado entre 1998-99 por um conflito militar, e em 2003 pela derrubada de Kumba Yalá pelos militares, ao lado disso diz o relatório da união europeia, (MOE-EU). Esta eleição presidencial finalizaria o chamado período da transição negociada entre militares e partidos políticos (2003-2005). Neste cenário, estes quatorze candidatos presidencial do primeiro turno, três deles eram referências políticas nacionais desde praticamente a independência a (sic) Guiné-Bissau: Os ex-presidente João Bernardo

Nino Vieira (1980-1999), Malam Bacai Sanha (1999-2000) e Kumba Yala (2000-2003), deles se elegeu o candidato derrotado no primeiro turno, Nino Vieira”.

Com essas eleições presidenciais o país viveu a quarta fase do sistema democrática e com três anos de mandato foi exposto quatro governos por falta de confiança. Em 2 de março de 2009 foi assassinado o Presidente Nino Vieira por militares inconformados com o regime vigente no país minutos depois do assassinato do General das Forças Armadas Tagme Na Waie.

Segundo o Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau (2008/2009, p.5),

“[...] O presidente democraticamente eleito, João Bernardo Vieira, foi morto por soldados na madrugada de 2 de março de 2009 num ataque supostamente motivado por vingança, algumas horas depois do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Baptista Tagme Na Waie, ter sido vítima de um atentado à bomba nas instalações do Estado-Maior General das Forças Armada em Bissau. Como se isso não bastasse, as imagens dos seus restos mortais foram exibidas na Internet aos olhos de todo o mundo, espelhando a crueldade de uma classe social que se sente habilitada para fazer tudo e mais alguma coisa, em nome da legitimidade da simples participação na luta pela independência Nacional”.

Com o assassinato dessas duas grandes figuras, as forças militares começaram a assustar as populações com o intuito de as calarem “depois do duplo assassinato do Presidente e do Chefe do Estado-Maior, assistiram-se a operações de intimidação pelas forças armadas com o propósito de silenciar a opinião pública sobre as desordens por elas cometidas”, nesse período a livre expressão e liberdade da imprensa tornaram uma imensa tortura e ataque contra o povo, nisso “foi nesta senda de brutalidade que os senhores, Pedro Infanda e Francisco José Fadul, foram espancados por indivíduos armados, havendo sido o primeiro caso assumido publicamente pelo próprio Estado-maior como mandante do ato criminoso” (Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2008/2009, p.11).

O referido relatório mostra que, claramente que “a democracia moderna inspira-se nos valores da tolerância, da cooperação e do compromisso, promoção dos direitos humanos, respeito pelas minorias, reconhecimento e aceitação da oposição” mas, pelo visto na Guiné-Bissau nunca foi vivido a democracia “O respeito pelos direitos das liberdades e garantias na Guiné-Bissau continua a ser um objetivo longe de ser alcançado a breve trecho” (Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2008/2009, p.5)

Com esses atos das forças armadas, o povo ficou inquieto utilizando a expressão de *nha boca ka sta la*, tudo isso deve- a falta do conhecimento por falta dos militares guineenses e dificultou o país no processo democrático até hoje.

Atualmente, o indivíduo entra na força armada sem ter preparação para tal, ou seja, as pessoas ingressam ali por interesses pessoais, sendo que deveria existir uma dinâmica de fazer seleção de certa idade para receber formação e capacitação de como seria o campo assim esses indivíduos iriam para o campo apto e com preparação suficiente para dar com de recado e isso não se vê na Guiné-Bissau, para Ossagô, (2010, p.68),

“nos finais de anos 1980 e início dos anos 1990, os governos tentaram implementar o serviço obrigatório para idade entre 20 e 25 anos, mas essa tentativa fracassou, durou pouco tempo. O conflito político-militar de 07 de junho de 1998 fez com que se voltasse à velha forma de recrutamento, o que permaneceu até hoje, onde as pessoas aderiram de forma voluntária sem mínima formação - ou seja, sem que essas pessoas possam ser aproveitadas para fazer carreira militar -; uns como alguma forma de ocupação ou forma de adquirir uma fonte de renda; outros pela influência familiar sem perspectiva de vida”.

Analisando o argumento acima, percebe-se que essa forma de recrutamento muitas vezes não acontece por vontade própria, pode acontecer por falta de condição de vida da pessoa ou influência do próximo, que certas vezes esse indivíduo pode ter nível de escolaridade baixo muito menos diploma militar e esse fator pode condicionar essa pessoa a cometer corrupções, furtos, fraudes, com esses “intelectuais” militares no comando, não se pode esperar mais do país.

Se dissemos que Guiné-Bissau é um país democrático, onde está a democracia se recusarmos todos de ir a reforma e quer ficar no poder até a morte, ou sendo substituídos pelos filhos, assim sucessivamente? Sendo que nós que lutamos deveríamos dar bons exemplos e deixarmos de fazer de desentendido se “queremos” uma Guiné melhor. Desde a independente as forças armadas estão liberadas pelos analfabetos até a data presente argumentando que são eles os libertadores do país e deveriam continuar no poder até morrerem junto com país,

“(...)na época colonial as pessoas que aderiram às forças armadas eram na sua maioria analfabetos e não tinham algum nível de estudos e de formação e são essas pessoas que depois da independência continuam ainda na frente das forças armadas da Guiné-Bissau, nas chefias de mais alto comando - os chamados “antigos combatentes da liberdade da pátria” -, usando sempre o discurso da justificação das suas posições ou reivindicando os seus poderes: *nbai Luta n' luta pá es povu li*, no dialeto crioulo, que significa, em português, fui à luta e lutei para libertar o povo da Guiné-Bissau” (Ossagô, 2010, p.69).

Isso mostra que os militares precisam estudar para estarem conscientizados sobre a democratização e evitar possíveis problemas que podem ou que estão a colocar em causa a consolidação da democracia no país.

7- METODOLOGIA

Falar da democracia na Guiné-Bissau exige grande sacrifício intelectual de investigador/a, pois, tendo em conta o nosso propósito de estudo, pretendemos antes demais, o trabalho em questão será de uma abordagem qualitativa, pois será importante para nossa pesquisa, segundo Gerardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, isto é, preocupa mais com o entendimento profundo e compreensão de um determinado facto social. No nosso caso, concentraremos o nosso estudo em analisar e compreender de forma profunda os obstáculos sistêmicos políticos e militares a democracia na Guiné-Bissau que até hoje está naufragado. Pretendemos fazer a revisão bibliográfica, isto é, analisando os escritos de diferentes autores, pois segundo Marconi e Lukatos (2017) é feita com base em texto como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionário enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos. Já para Santos e Filho (2017, p. 83) “qualquer que seja o campo a ser pesquisado, sempre será necessária uma pesquisa de bibliográfica que proporciona um conhecimento prévio do estágio em que se encontra o assunto”.

Para além da pesquisa bibliográfica, optaremos por fazer análise documental, uma vez que a mesma é utilizado com frequência em estudos nas mais diferentes áreas em especial nas ciências humanas e sociais aplicadas. Conforme expressa Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), [...] é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para apreensão, compreensão e análise de documento dos mais variados tipos”. Por isso faremos análise documental, não somente textos escritos, como decretos, leis, mas também vídeos, fotos, os materiais que não recebem tratamentos científico serão essenciais na execução da nossa pesquisa.

A pesquisa em questão consiste em uma pesquisa de carácter exploratória, uma vez que, ela consiste na realização de um estudo para familiarização do pesquisador do objeto que está sendo investigado, pois a familiarização com o objeto em estudo permite ao investigador ter um domínio profundo sobre a temática em questão. Para isso, a nossa recolha de dados permitirá uma entrevista semiestruturada, segundo Triviños (1987, p.

146) “ênfatiza que a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos apoiados em teoria e hipóteses que relacionam o tema da pesquisa”.

A proposta de entrevista será com os estudantes guineenses da UNILAB, os autores políticos da Guiné-Bissau com ênfase nos líderes de quatro partidos: PAIGC, PRS MADEM-G15 e PTG porque atualmente são partidos com maior acento parlamentar na Assembleia nacional Popular, Liga dos Direitos Humanos e sociedade civil.

7. REFERÊNCIAS

FERREIRA, Átila Djawara Moreira. **Normas constitucionais programáticas na ordem jurídica guineense**. 2008.

GERARDT, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Plageder, 2009.7

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau**. 1996. Disponível em: <<http://www.anpguinebissau.org/leis/constituicao/constituicaoguine.pdf/view>>. Acesso em: 03 set.2025 . Não paginado.

HERNÁNDEZ, Marisela García; PASQUALIN, Mário Celso. Filosofia I. Curitiba: Instituto Federal do Paraná/Rede e-Tec, 2011.´

CÓ, João Ribeiro Butiam. **Instituto de mulher e criança**. 2006

JAUARÁ, Manuel. Conflito militar e construção de estado nacional na África Lusófona: da luta de libertação a guerra civil. **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA**, v. 1, 2007.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica** – 8. Ed. – SÃO PAULO: Atlas, 2017.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau**. **Almanaque de Ciência Política**, v. 1, n. 2, p. 43-56, 2017.

OSSAGÔ, Ricardo de Carvalho. **Que democracia? O processo de transição política guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009)**. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina.

PEREIRA, D. S. **Democracia Liberal na África Subsaariana Estudos das Dinâmica Inerentes ao Caso da Guiné-Bissau**: Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Doutorado em Ciências Políticas e Relações Internacionais. 2021.

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU (2008/2009) “As forças sem discernimento colapsa sob seu próprio peso.

SÁ, Franklin Gomes Correia de. Os sucessivos golpes militares no processo da democratização na Guiné-Bissau. 2010.

SANDER, Gustavo Vicente. **Democracia e partidos políticos.** *Braz. J. Int'l L.*, v. 5, p. 21, 2008.

SANTOS, A. J. FILHO, D.P. **Metodologia Científica.** 2ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, RS, Ano1, n.1 Jul., 2009.

SEN, Amartya. **Democracia como um valor universal** (1999). University Press. *Journal of Democracy*

SILVA, Jorgimar Manuel da. **O preâmbulo de instabilidade política institucional na Guiné-Bissau: crises dimensionais entre 1980-1998.** 2017.

TÉ, Paulo Anós. CANDÉ MONTEIRO, A. Regime do partido único na GUINÉ-BISSAU: o que falhou (1973-1991)?. 2023.

TEXEIRA, T. G. **As Políticas Econômicas e Análises de Programa de Ajustamento e Estrutural em África: Estudo de caso da Guiné-Bissau a partir dos anos de 1890.** Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Licenciado em Sociologia. Redenção 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1897.